

rede de ideias

Por uma vida melhor

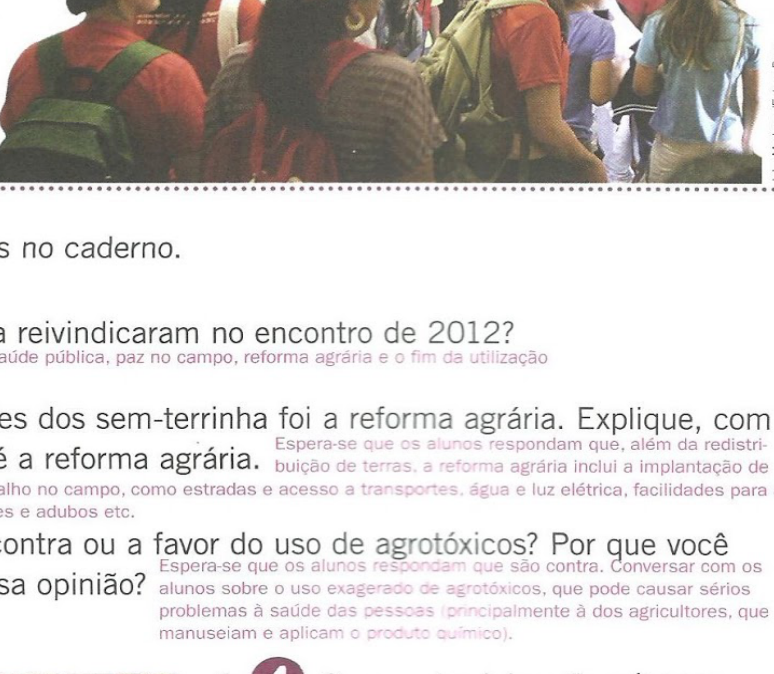
Observe a imagem e leia o texto.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é uma organização que luta pela reforma agrária e por melhores condições de vida e trabalho no campo, entre outras reivindicações. Os filhos dos participantes do MST são chamados de sem-terrinha.

Todo mês de outubro, os sem-terrinha vão a um encontro para participar de brincadeiras, cursos e momentos de reivindicação para a melhoria de suas condições de vida.

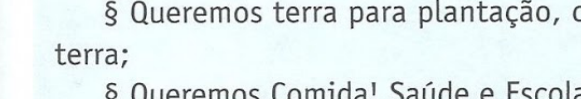
Em 2012, os sem-terrinha reivindicaram melhorias nas escolas, acesso à saúde pública, reforma agrária, paz no campo e o fim da utilização de agrotóxicos nas plantações.

Na fotografia, sem-terrinha reunidos na Secretaria Estadual de Educação do estado do Paraná, na cidade de Curitiba, em 2012, para pedir melhorias na merenda escolar e a construção de mais escolas.



Responda às questões no caderno.

- 1 O que os sem-terrinha reivindicaram no encontro de 2012?
Melhorias nas escolas, acesso à saúde pública, paz no campo, reforma agrária e o fim da utilização de agrotóxicos nas plantações.
- 2 Uma das reivindicações dos sem-terrinha foi a reforma agrária. Explique, com suas palavras, o que é a reforma agrária.
Espera-se que os alunos respondam que, além da redistribuição de terras, a reforma agrária inclui a implantação de compra de equipamentos, sementes e adubos etc.
- 3 Os sem-terrinha são contra ou a favor do uso de agrotóxicos? Por que você acha que eles têm essa opinião?
Espera-se que os alunos respondam que são contra. Conversem com os alunos sobre o uso exagerado de agrotóxicos, que pode causar sérios problemas à saúde das pessoas (principalmente à dos agricultores, que manuseiam e aplicam o produto químico).



Integrantes do MST em acampamento na estrada próximo ao município de Camaçari, no estado da Bahia, em 2013.

- 4 Os sem-terrinha são crianças que vivem em assentamentos e acampamentos. Geralmente, os acampamentos são montados nas propriedades que os sem-terra reivindicam. Observem a fotografia e respondam à questão no caderno.
DUPLA

- 5 Como são as condições de moradia nos acampamentos?
Espera-se que os alunos respondam que as condições são precárias, pois as barracas são feitas de lona e plástico, o chão é de barro, não há água encanada, energia elétrica, móveis, banheiro, entre outras.

§ Queremos terra para plantação, cuidar das plantas e jogar o lixo orgânico na terra;
§ Queremos Comida! Saúde e Escola. Queremos estudar em Escolas nos Acampamentos e Assentamentos;
§ Queremos um lugar que tenha horta, fogão a lenha, que possa fazer doce e queijo. Que a alimentação seja boa, que o lixo seja separado e que tenha uma boa limpeza;
§ Que colação energia e água separada nos Acampamentos e Assentamentos;
§ Não brigar nos Acampamentos, respeitar uns aos outros e os mais velhos;
§ Queremos ciranda infantil para brincar e ter um lugar para as crianças;
§ Queremos que tenha cachoeira para ir;
§ Queremos que nossos pais e mães deem muito carinho pra gente — CRIANÇA!!!
[...]

Carta dos sem-terrinha pela reforma agrária. Disponível em: <www.mst.org.br/semterrinha/carta-dos-sem-terrinha-pela-reforma-agraria>. Acesso em: dezembro de 2013.

- Em uma folha à parte, faça um desenho para ilustrar algumas reivindicações dos sem-terrinha. Depois, exponha seu desenho no mural.
Conversem com os alunos sobre a legitimidade dos movimentos sociais: muitos desses movimentos reivindicam direitos garantidos por lei e visam pressionar os governantes responsáveis.

- 6 Na sua opinião, qual é a importância dos movimentos sociais, como os que lutam pela reforma agrária, para que as pessoas consigam conquistar seus direitos? Conversem sobre isso e registrem as conclusões produzindo um texto coletivo.
GRUPO

UNIDADE 6

Terra e trabalho no campo

páginas 82 a 95

A questão fundiária e as relações de trabalho no campo brasileiro são conteúdos que devem ser tratados desde os Anos Iniciais do Ensino Fundamental 1, respeitando-se o nível cognitivo dos alunos. Um dos aspectos a serem tratados é a diversidade de paisagens do meio rural brasileiro. Elas diferem em vários aspectos, como as dimensões das propriedades rurais, a mão de obra empregada, a tecnologia aplicada e as técnicas utilizadas, os produtos cultivados etc.

Deve-se ter a preocupação de superar noções do senso comum e estereótipos que reforçam, por exemplo, o campo e as pessoas que nele trabalham como "atrasados". Assim, deve-se ter em mente a diversidade atual do campo brasileiro, onde são encontradas desde modernas empresas agrícolas até condições de trabalho escravo ou análogo à escravidão.

Um dos maiores problemas do meio rural brasileiro é a histórica concentração da propriedade rural e os problemas dela decorrentes. Para aprofundar e ampliar o tema, sugerimos uma atividade interdisciplinar com Língua Portuguesa: a montagem de um "jornal de notícias", que pode ser apresentado oralmente ou impresso. Os alunos deverão pesquisar, por notícias referentes aos problemas que ocorrem com os trabalhadores do meio rural brasileiro e as providências que o poder público e as organizações da sociedade civil estão tomando para amenizá-los. Cada grupo pode ficar responsável por providenciar uma notícia e apresentá-la para a sala. Analisar as notícias com os alunos, procurando verificar o posicionamento do veículo de imprensa.

O texto a seguir apresenta um histórico da questão agrária no Brasil. Se achar conveniente, as informações podem ser trabalhadas de forma interdisciplinar com História, solicitando que os alunos façam uma pesquisa sobre o assunto. O objetivo é que eles concluíam que a concentração de terras atual não é um fenômeno recente, devendo ser entendida a partir de fatores históricos.

Interdisciplinaridade com a área de Língua Portuguesa.

Interdisciplinaridade com a área de História.

Histórico da questão agrária

O problema fundiário do país remonta a 1530, com a criação das capitanias hereditárias e do sistema de sesmarias – grandes glebas distribuídas pela Coroa portuguesa a quem se dispusesse a cultivá-las dando em troca um sexto da produção. Aí nascia o latifúndio.

Em 1822, com a Independência do País, agravou-se o quadro: a troca de donos das terras se deu sob a lei do mais forte, em meio a grande violência. Os conflitos não envolviam trabalhadores rurais (praticamente todos eram escravos), mas proprietários e

grileiros apoiados por bandos armados. Só em 1850 o Império tentou ordenar o campo ao editar a Lei das Terras. Contudo, um dos dispositivos (a proibição de ocupar áreas públicas e a determinação de que para adquirir terras só mediante pagamento em dinheiro) reforçou o poder dos latifundiários ao tornar ilegais as posses de pequenos produtores.

A instauração da República, em 1889, um ano e meio após a libertação dos escravos, tampouco melhorou o perfil da distribuição de terras. O poder político continuou nas mãos dos latifundiários, os temidos coronéis do interior. Apenas no final dos anos 50 e início dos anos 60, com a industrialização do País,

194

a questão fundiária começou a ser debatida pela sociedade, que se urbanizava rapidamente.

Surgiram no Nordeste as Ligas Camponesas e o Governo Federal criou a Superintendência de Reforma Agrária (Supra). Ambas foram duramente combatidas pelo *establishment*, dentro do quadro que resultou no golpe militar de 1964. Contraditoriamente, logo no início, o regime militar deu o primeiro passo para a realização da reforma agrária no País. O Estatuto da Terra é editado (Lei nº 4.504, de 1964) e são criados o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (Ibra) e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (Inda), em substituição à Supra.

Em 4 de novembro de 1966, o Decreto nº 59.456 instituiu o primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária, que não saiu do papel. Em 9 de julho de 1970, o Decreto nº 1.110 criou o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá), resultado da fusão do Ibra com o Inda.

À época da criação do Incra, mais do que reforma agrária, o governo incentivou a colonização da Amazônia. Levas de migrantes de vários estados do Brasil foram levadas a ocupar as margens da estrada Transamazônica e empresas de variados ramos receberam incentivos fiscais para grandes projetos agropecuários. A experiência não foi bem-sucedida.

A redemocratização, em 1984, trouxe de volta o tema da reforma agrária. O Decreto nº 97.766, de 10 de outubro de 1985, instituiu novo Plano Nacional de Reforma

agrária, com a meta utópica de destinar 43 milhões de hectares para o assentamento de 1,4 milhão de famílias até 1989. Criou-se para isso o Ministério Extraordinário para o Desenvolvimento e a Reforma Agrária (Mirad), mas quatro anos depois os números alcançados eram modestos perante a meta: 82.689 famílias assentadas em pouco menos de 4,5 milhões de hectares.

Esses números refletiam o intenso debate político e ideológico em torno da reforma agrária na Assembleia Nacional Constituinte. Do embate, resultaram a extinção do Incra, em 1987, e a do próprio Mirad, em 1989. A responsabilidade pela reforma agrária passou para o Ministério da Agricultura. Em 29 de março de 1989, o Congresso Nacional criou o Incra, rejeitando o decreto-lei que o extinguiu, mas a falta de respaldo político e a pobreza orçamentária mantiveram a reforma agrária quase paralisada.

A questão foi, então, vinculada diretamente à Presidência da República com a criação, em 29 de abril de 1996, do Ministério Extraordinário de Política Fundiária, ao qual imediatamente se incorporou o Incra.

Em 14 de janeiro de 2000, o Decreto nº 3.338 criou o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), órgão ao qual o Incra está vinculado hoje.

Incra. *Histórico da questão agrária*. 2. dez. 2011. Disponível em: <www.incra.gov.br/historico-da-questao-agraria>. Acesso em: maio de 2014.

195

permitem a seguinte leitura: em 1940, por exemplo, de cada 100 pessoas, 69 moravam no campo e 31, nas cidades. Já em 2010, esses números mudaram bastante: de 100 habitantes, 16 viviam no campo e 84, nas cidades.

Para que os alunos aprofundem os conteúdos trabalhados nas unidades 5 e 6, ambas referentes ao meio rural brasileiro, sugerimos duas atividades: um estudo do meio numa propriedade rural no município onde os alunos moram, ou próxima a ele, e uma pesquisa.

Estudo do meio no campo

Um estudo do meio deve ser planejado e organizado para que os objetivos previstos sejam alcançados e a atividade se desenvolva de maneira tranquila e prazerosa. Para isso, sugerimos alguns procedimentos:

- a) Entrar em contato, com antecedência, com os responsáveis pela propriedade para combinar a visita. Solicitar a visita e comparecer antecipadamente ao lugar a ser visitado para reconhecimento e troca de informações.
- b) Providenciar o transporte e convidar outros professores (o estudo do meio pode ser uma atividade interdisciplinar) ou funcionários da escola para acompanhar os alunos.
- c) Solicitar aos pais ou responsáveis a autorização por escrito, permitindo a saída do aluno na data marcada para a atividade.
- d) Solicitar aos alunos que levem bloco de anotações e, se possível, máquina fotográfica.
- e) Antecipadamente, na sala de aula, orientar os alunos a observar na propriedade rural:

- o tipo de propriedade (grande/empresa rural ou pequena/familiar);
- o(s) produto(s) cultivado(s) ou o(s) tipo(s) de rebanho existente(s);
- o destino da produção (consumo próprio, mercado ou exportação);
- o tipo de tecnologia empregada (rudimentar ou moderna);
- o tipo de mão de obra empregada e as condições de trabalho;
- os impactos causados ao ambiente.

f) Ao retornar da visita, solicitar um relatório ilustrado (usando fotografias ou desenhos), descrevendo o que foi visto e aprendido, que deverá ser apresentado para possibilitar troca de ideias e discussões entre os alunos.

Outras orientações sobre estudo do meio e trabalho de campo são apresentadas no tópico Estudo do meio e trabalho de campo em Orientações gerais para a coleção, p. 150 neste Manual.

Pesquisa: Área rural do meu município

Solicitar aos alunos que, em grupo, pesquise uma atividade econômica da área rural do município onde vivem e/ou de municípios vizinhos. As informações poderão ser pesquisadas em fontes diversas, como revistas, jornais e sites de órgãos relacionados, como a Secretaria da Agricultura do estado ou o IBGE (<www.ibge.gov.br>).

- Os alunos poderão pesquisar:

- produto(s) obtido(s);
- destino do produto;
- tipos de propriedade rural onde a atividade é desenvolvida;
- ocorrência de conflitos de terras;
- condições de trabalho.

Com os resultados da pesquisa, solicitar que escrevam um texto e montem um cartaz para apresentar aos demais colegas. Depois, conversar sobre os resultados das pesquisas.

196

CAPÍTULO 2

As questões sociais no campo e na cidade

Professora, lembre-se de observar se alguma criança tem algum aluno com deficiência visual. Faça uma ou duas perguntas para alguns alunos com deficiência visual, lembrando de fazer gestualmente com eles, pois quem não enxerga não consegue ler. Não se esqueça de falar e manusear sempre com tato visual.

Manifestantes faziam passeata por moradia em São Paulo

- 1 Qual é o problema apresentado na manchete?

A qualidade da moradia.

- 2 Esse problema pode ser observado no espaço rural ou no urbano?

Em ambos. O aluno pode fazer referência à falta de moradia ou moradias inadequadas na cidade e no campo.

Diferentes situações dos agricultores e propriedades rurais

No meio rural brasileiro encontramos muitas diferenças no que se refere à situação dos proprietários de terras. Uma grande parcela de agricultores não possui terras ou recursos suficientes para garantir o sustento da família. Apesar disso, resistindo às dificuldades e contando com maior apoio do governo nos últimos anos, a agricultura familiar responde por parte muito importante da produção de alimentos no Brasil. Algumas propriedades não contam com equipamentos e recursos que possibilitem uma boa

Produtividade: quantidade de produção por medida de área (hectare).

produtividade. Há, no entanto, uma grande parcela de terras improdutivas que não cumpre sua função social. Mas o que isso significa? Leia o que diz a Constituição Brasileira a esse respeito:

150